

• Política

CONSTITUINTE

A ofensiva dos governadores

por Alceo Rizzi
de Montes Claros

Os governadores do Nordeste que participaram na última sexta-feira, em Montes Claros (MG), da reunião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) divulgaram um documento conjunto condenando com veemência a adoção do parlamentarismo da forma como está proposto no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral. No documento, denominado "Carta de Montes Claros" eles consideram que o parlamentarismo já, em todos os níveis, assim que for promulgada a nova Constituição do País, "agrada o princípio universal da soberania popular" expressa

nos votos que receberam nas eleições de novembro do ano passado.

"A Carta de Montes Claros" é assinada pelos governadores Newton Cardoso (MG), Waldir Pires (BA), Tasso Jereissati (CE), Geraldo Câmara Melo (RN), Epitácio Cafeteira (MA), Fernando Collor de Melo (AL) e Antônio Carlos Valadares (SE). Na carta, os governadores reconhecem a competência e soberania da Assembléia Nacional Constituinte de elaborar a nova Constituição do País, mas entendem que a proposta do relator Bernardo Cabral restringe "poderes e atribuições dos governadores dos estados, eleitos no mesmo instante e no mesmo ato eleitoral dos senhores constituintes".

Os governadores nordestinos sugerem na "Carta de Montes Claros" que a ado-

ção do parlamentarismo, se for deliberada pela Assembléia Nacional Constituinte, deve ter sua vigência fixada a partir de um novo período de mandato, a nível federal, estadual e municipal. Ou seja, para vigorar após a sucessão do presidente José Sarney e quando estiverem encerrados os mandatos dos atuais governadores e prefeitos.

Waldir Pires disse a este jornal que, mesmo diante da possibilidade de o parlamentarismo ser aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, a sua implantação, no caso específico dos estados, deve-se dar em caráter experimental, por um ou dois mandatos, até que os partidos e as estruturas administrativas estejam adequadas a esta forma de governo. Pires teme que a questão sobre a

forma de governo, como está sendo encaminhada pelo substitutivo do relator Cabral, acabe dificultando a implantação do parlamentarismo no País.

Tasso Jereissati e Geraldo Câmara Melo classificam o substitutivo do relator Cabral, no item que se refere ao parlamentarismo, como uma tentativa, na prática, de "golpe de Estado". Para eles, os mandatos dos governadores eleitos em novembro do ano passado são inquestionáveis e os partidos, tanto o

PMDB quanto o PFL, do governador Antônio Carlos Valadares, signatário da "Carta de Montes Claros", devem assumir uma posição firme e definitiva, de solidariedade e de coerência política.

Para Newton Cardoso, mentor da "Carta de Montes Claros", e presidencialista convicto, o substitutivo de Cabral, além de caustico, é "sobretudo uma farsa aos eleitores". Cardoso quer que o PMDB defina seu apoio para os governadores.

A estratégia dos conservadores

por Francisca Stella Fagá
de Brasília

Parlamentares de correntes conservadoras da Constituinte empenham-se em abrir o caminho para adotar a mesma estratégia que, há três meses, garantiu a derrota sumária do projeto do senador Severo Gomes (PMDB-SP) na Comissão da Ordem Econômica. Emendas em bloco, alterando completamente os três capítulos da Ordem Econômica — princípios gerais, reforma agrária e reforma urbana — foram colocadas em votação pelo grupo conservador da comissão, apesar da proibição expressa do regimento interno da Constituinte à apresentação de emendas que digam respeito a mais de um dispositivo.

Na sessão de sexta-feira da Comissão de Sistematização, o líder do governo na Constituinte, deputado

Carlos Sant'Anna, deu demonstrações inequívocas de que o Palácio do Planalto pretende ver votados e aprovados capítulos inteiramente diferentes dos que constam do projeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral.

Sant'Anna apoiou a proposta apresentada pelo deputado Gastoni Righi (PTB-SP), que pediu à mesa da comissão de Sistematização uma decisão autorizando a votação de emendas com preferência à votação do próprio Projeto Cabral.

Pela aplicação do regimento da Constituinte, o Projeto Cabral já entra em votação na Comissão de Sistematização com metade dos votos. Para ser alterado, precisa de metade mais um dos votos dos 93 membros da Comissão.

Entra com 46 votos, e

precisa de 47 votos para ser derrubado. A preferência da votação é do projeto, título por título. Aprovado um título, começam a ser individualmente votadas as emendas, que somente podem referir-se a um dispositivo.

O regimento prevê o mesmo mecanismo para o plenário. O projeto que sair da Comissão de Sistematização já entrará em votação com 279 votos. Precisa de 280 para derrubá-lo, ou para modificar qualquer de seus dispositivos.

O debate sobre a possibilidade de propostas alternativas ao projeto serem votadas antes do Projeto Cabral prolongou-se com a anuência do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, que terminou dando uma resposta definitiva: "É um problema histórico, não regimental".

Para os empresários, a nova Carta não vai ser estatizante

A nova Constituição não será fortemente privatista como desejam os empresários, mas, também, não tende a favorecer a continuidade da expansão da presença do Estado na economia.

E a avaliação da elite empresarial, conforme demonstra uma pesquisa exclusiva da revista Balanço Anual — que circula a partir desta semana com trezentos líderes, eleitos por seus pares ao longo dos últimos dez anos, em votação direta e secreta, em todo o País.

Quando consultados sobre a possibilidade de um avanço do Estado na economia, depois de promulgada a nova Carta, 49,6% dos empresários manifestaram incerteza e 22,6% indicaram não acreditar que isso realmente vá ocorrer. Apenas 27,8% afirmaram ter razões para acreditar que a nova Constituição terá um perfil estatizante.

Essa perspectiva um tanto otimista tem, provavelmente, origem no grande esforço de mobilização empresarial na cena política, desde a instalação da Constituinte. As entidades já existentes foram direcionadas para a montagem de um grande "lobby" privatista. Outras como é o caso da União Democrática Ruralista (UDR) foram constituídas unicamente com esse objetivo. No caso da UDR, seu êxito foi tão grande, em projeção e prestígio político, que se acabou transformando em embrião de um futuro partido político, de direita.

Na pesquisa reflete-se, além dessa mobilização, nas cidade e no campo que deram eco às expectativas empresariais em relação a

A DEMOCRACIA E A LIVRE INICIATIVA*		
A nova Constituição que está sendo elaborada garantirá o aperfeiçoamento da democracia e a expansão da livre iniciativa no Brasil?		
O Sr. acredita que		
Sim 12,5%	Não 30,8%	Não estou certo 56,6%
O Sr. gostaria que		
Sim 93,7%		
As instituições democráticas serão fortalecidas na nova Constituição?		
O Sr. acredita que		
Sim 23,9%	Não 23,9%	Não estou certo 52,2%
O Sr. gostaria que		
Sim 91,1%		
Haverá mais espaço para a livre iniciativa depois de promulgada a nova Constituição?		
O Sr. acredita que		
Sim 14,4%	Não 32,0%	Não estou certo 53,4%
O Sr. gostaria que		
Sim 90,5%		
A presença do Estado como empresário aumentará depois de promulgada a nova Constituição?		
O Sr. acredita que		
Sim 27,8%	Não 22,6%	Não estou certo 49,6%
O Sr. gostaria que		
Não 97,3%		
A ABERTURA DA ECONOMIA*		
O Sr. é a favor de que haja mais investimentos estrangeiros no País?		
Sim 96,2%		
O Sr. é a favor da expansão do instituto da reserva de mercado?		
Não 84,9%		
A nova Constituição assustará os investimentos estrangeiros?		
Sim 39,6%	Não 12,5%	Não estou certo 47,8%
O Sr. gostaria que		
Não 84,9%		
* Extrato da pesquisa "Constituição: O que pensa a elite empresarial", da revista Balanço Anual (1987) realizada entre 300 líderes empresariais, de diferentes setores, que compõem o "Fórum Gazeta Mercantil", escolhidos pelos próprios empresários, em todo o País, em eleição direta (1976-1986), com voto secreto.		

Constituinte uma disposição do empresariado para defender a abertura da economia brasileira: 96,2% dos consultados são a favor de que haja mais investimentos estrangeiros no País e 84,9% são contra a expansão do instituto da reserva de mercado.

Nada menos do que 84,9% dos empresários gos-

tariam que a nova Carta privilegiasse essa abertura externa da economia brasileira. Mas as opiniões sobre o que, realmente, deve acontecer estão divididas: 39,6% acreditam que o novo texto constitucional favorecerá essa abertura; 12,5% acham que isso não ocorrerá; e 47,8% manifestam plena incerteza.